

O sonho do modelo eficiente de gestão

Para se livrar da bitributação, da imagem de careiras e para simplificar a gestão, as empresas públicas de TI modificam seus objetos sociais. Com a mudança, elas ganham prestígio administrativo, evitam projetos duplicados sem necessidade e reduzem os custos.

Quando uma empresa de TI do governo compra sistema ou equipamento no mercado, ela paga imposto. Quando repassa a solução para o governo, o governo paga mais imposto. No fim, os serviços das empresas públicas de TI ficam 40% mais caros.

“Do jeito que está, a operação é inviável”, diz Adriano Niehues, presidente da empresa de TI do Estado do Mato Grosso (Cepromat) e também presidente da associação das empresas públicas de TI, a Abep. A vontade de se livrar dos pesados impostos e da bitributação motivou vários gestores a mudarem o objeto social das empresas de TI. As empresas de TI do Ceará, Goiás, Paraná, Piauí e Pernambuco viraram agências de TI; a do Maranhão virou unidade gestora de TI; a empresa de Roraima virou secretaria extraordinária e, em menos de um ano, agência de TI.

No Mato Grosso, quando uma secretaria qualquer precisa de um equipamento, ela assina um acordo com a Cepromat. Pelo acordo, a Cepromat se compromete a cuidar do processo inteiro, da especificação do equipamento à contratação do fornecedor. Mas é a secretaria que paga

diretamente para o fornecedor. Adriano Niehues diz que o modelo ajuda a reduzir custos. Segundo ele, a empresa ganha dinheiro com a receita gerada pelos serviços de administração dos centros de processamento de dados – que dão respaldo à operação das secretarias.

No caso das empresas que se transformaram em secretarias de TI, a vinculação passa a ser direta ao governador. Isso, diz Júlio da Hora, diretor-executivo do Proderj (empresa de informática do Rio de Janeiro), representa menos burocracia e ganho de importância na estratégia da administração pública. Além disso, quando a secretaria de TI fica responsável pela estratégia de TI no governo, ela padroniza o uso da tecnologia, gerando economia e evitando investimentos redundantes.

Em Roraima, no entanto, a empresa estadual de TI, a Seti, está virando agência de TI quando ainda não faz um ano que se transformou em secretaria extraordinária. Não houve tempo sequer para que a mudança se completasse. Hoje, o orçamento de TI é vinculado ao orçamento do gabinete civil.

O novo plano se divide em três etapas. Na primeira, ainda em andamento, os técnicos recolhem informações sobre as tecnologias usadas nos órgãos públicos. Em seguida, criam normas e padrões de compra, que deverão ser seguidos pelos órgãos da administração estadual. A especificação começou pelos PCs, servidores e sistemas de telefonia. Na segunda etapa, a Seti vai apurar quanto, de fato, o estado gasta com TI – de qualquer projeto feito por qualquer órgão. A especificação permitirá a criação de atas de registro de preço, na terceira etapa.

A reforma, diz Carlos Roberto Dias da Silva, secretário da Seti, pode ser uma boa oportunidade para reduzir o nível de pressão que as empresas estaduais de TI sofrem.



dbr

Adriano: os serviços das empresas públicas de TI ficam 40% mais caros.